



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº01/2015

----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, REALIZADA EM SESSÃO ORDINÁRIA, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE. -----

-----Aos vinte dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma hora reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor Rui Monteiro Picciochi, tendo como primeiro secretário o Senhor João Manuel Alves Gralha e segundo secretário o Senhor Inocência Rodrigues Cruz, convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a quatro de Fevereiro de dois mil e quinze, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um - Expediente, informações e aprovação da ata; -----

Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c), do nº2, do artº 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro; -----

Ponto três – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente ao acordo de execução de competências com a Junta de Freguesia da Atalaia – alteração; -----

Ponto quatro – Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e infrações conexas – Conhecimento da deliberação da Câmara Municipal; -----

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes deputados da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal, Senhores: -----
Rui Monteiro Picciochi; -----
João Manuel Alves Gralha; -----
Paulo Fernando da Graça Constantino; -----
José Maria Chambel Esteves; -----
Manuel da Costa; -----
César Augusto da Silva Barros Cardigos; -----
Inocência Rodrigues Cruz; -----
Manuel Maria Pequito Cardoso; -----
Vitorino Gomes Monteiro; -----
João Fernando Mexia Machado; -----
Manuel Maria Ferreira Honório; -----
José Miguel Baptista Homem; -----
Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----
Nuno Miguel Reis Marques Sousa Gomes; -----
Anabela Pereira Cardoso Queiroz; -----
Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----
João Filipe Ricardo; -----
Paula Alexandra Vieira Duarte; -----
Manuel de Oliveira. -----

-----Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, os Senhores Vereadores Rui Constantino Martins, Ricardo Manuel Ramalheite Honório, Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Luís Manuel dos Santos Valente. -----

----- De seguida foi instalado o Senhor Deputado Municipal Manuel da Costa, substituindo o Senhor Deputado Municipal José Pereira da Sousa que solicitou a sua substituição por motivos profissionais a esta sessão da Assembleia Municipal, por ser o cidadão imediatamente a seguir na lista

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do PS. -----

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

----- APROVAÇÃO DA ACTA -----

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, submeteu à apreciação a ata número cinco, da reunião realizada a cinco de Dezembro de dois mil e catorze, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados, foi submetida à votação o projeto de ata número cinco de dois mil e catorze, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, Anabela Queiroz, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes do PPD/PSD, João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU e João Gralha, Inocêncio Cruz, Paulo Constantino, José Chambel, Vitorino Monteiro, Manuel da Costa, César Barros, Manuel Cardoso, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e Rui Picciochi do PS. -----

----- EXPEDIENTE -----(Vide anexo 1)-----

Sobre o expediente recebido o Senhor Presidente da Assembleia informou o seguinte: -----

“Têm em vosso poder conforme tinham pedido na última sessão, o Orçamento e Plano de Investimento para dois mil e quinze, da Resitejo.” De seguida o Senhor Presidente da Assembleia distribuiu pelos partidos políticos presentes na Assembleia, o Plano estratégico de Desenvolvimento dois mil catorze a dois mil e vinte da CIMT, para conhecimento. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Após as inscrições para o período antes da ordem do dia, registaram-se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as seguintes intervenções por parte dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal: -----

O Senhor **Deputado Municipal César Cardigos** solicitou à mesa da Assembleia um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Joaquim Vieira, mais conhecido por Quim Vieira que muito fez pela Barquinha e foi autarca da Junta de Freguesia. -----

O Senhor Presidente da Assembleia propôs um minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor Joaquim Vieira. -----

-----/---/-----

= Foi apresentada uma intervenção pela Senhora **Deputada Municipal Paula Duarte** sobre o tema “O ataque às conquistas de Abril, a água, um elemento essencial à vida” – **(vide anexo 2)** -----

= Intervenção apresentada pelo Senhor **Deputado Municipal Vitorino Monteiro** sobre tema é “O país em agonia” – **(vide anexo 3)** -----

= O Senhor **Deputado João Filipe Ricardo** apresentou uma Moção sobre o tema “Delegação de Competências.” – **(vide anexo 4)** -----

Posta à votação a sua admissibilidade esta foi aprovada por unanimidade. -----

Para intervir sobre a Moção inscreveram-se os seguintes deputados:

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz** – “Gostaria de saber qual é a opinião da Câmara sobre a transmissão de competências para o Município e até que ponto estas serão ou não desfavoráveis para o Município.” -----

--**Ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu:** “Sobre esta questão neste momento o Senhor Presidente está silente. Tenho conhecimento do que foi publicado, não tenho qualquer contato com os membros do Governo sobre essa temática. Entendo não me pronunciar sobre isto, não há fatos para relatar. Na Lei há situações em que a questão da delegação de competências é extremamente complexa,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

essencialmente na área da saúde e ação social. Objetivamente é fácil se vier o envelope financeiro. Se vier acompanhado com o respetivo financiamento cá estaremos para gerir e acolher a delegação de competências ou descentralização desde que venha acompanhada com o respetivo envelope financeiro.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Esta questão do dinheiro pode não responder a tudo, podem fazer-se autênticas atrocidades. Qualquer dia podemos ter além de situações de desigualdade criadas, por exemplo na educação, teremos as Câmaras a mexer em aspetos pedagógicos que penso que não o deveriam. O dinheiro que possa vir não serve para comprar tudo, mas não é só a questão do dinheiro, mas sim o problema da descentralização.” -----

Teve como resposta do Senhor Presidente da Câmara: “Senhor Deputado aquilo que li, e li bem, na área da educação estamos a falar das competências de pessoal não docente.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes – “Boa noite a todos. Quando se fala em descentralização já não é bom, era melhor estar centralizado. O Município de Abrantes está aderir e as próprias escolas vão ficar sobre a alçada do Município. Não sei se é bom ou não, mas o Município aqui ao pé do nosso?” -----

= Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal – “Por aquilo que eu oiço, em relação às intervenções, o problema não é fácil e prende-se no fundo, com um princípio que a constituição prevê que é a regionalização e a qual não há maneira de ser concretizada. Na minha opinião, não há-de ser feita, porque não são só as estruturas que não estão preparadas, para receber a partilha do poder. É uma coisa extremamente difícil de ceder. É este o problema da regionalização, na minha perspetiva. Por exemplo, nesta assembleia já me ouviram defender que o problema da regionalização é fácil de resolver porque

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

temos estruturas a funcionar, CCR, e bastava pura e simplesmente alterar o processo do comando por uma eleição direta. Ninguém o quer fazer, porque é difícil largar o poder. Na minha opinião é importante que se diga é que muitas vezes se fala em Estado como se algo de abstrato se tratasse quando ele não é mais que uma consequência da definição política e administrativa de uma nação. Isso como se sabe é feito democraticamente, os poderes estão divididos e são eleitos pelo voto popular. É a única altura onde temos a possibilidade de dizer o estado que queremos em função das políticas apresentadas pelos partidos políticos do nosso país. É aí que a nossa democracia funciona. Ouvi hoje duas intervenções diferentes e com as quais estou de acordo, especialmente a da água que para mim é algo inconcebível, privatizar a exploração da água? uma matéria prima fundamental à vida do cidadão.! Neste preciso momento, e como se trata de um processo que ainda vai ser discutido na Associação de Municípios Portugueses, reservo a minha opinião para essa altura, para ver qual é a opinião geral, até porque estes assuntos são tão importantes, e vão mexer tanto com os cidadãos que temos de ter um pouco de ponderação nas decisões que possamos tomar. Temos que ter os pés bem assentos na terra, para não criarmos problemas que possam vir a não ter solução.” -

= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz – “Em relação a este caso, volto a congratular outra vez com a bancada da CDU por trazer esta situação que é extremamente recente. Quinze de Janeiro de dois mil e quinze, eu pessoalmente não tenho uma opinião formada sobre isto. É verdade que me custa um bocado que a educação, a saúde, a segurança social sejam descentralizadas para as autarquias, para mim acho que é uma competência do Governo Central, mas ainda não pensei bem de outra forma. Já começamos com a educação e agora vamos pela saúde e pela segurança social. Eu tenho algumas dúvidas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sobre isto, mas ainda não me debruçei sobre este assunto, vou ter que ler este decreto e vou ter que esperar pela manifestação da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, mas custa-me um bocadinho engolir a descentralização da saúde e da segurança social para os Municípios.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “É para responder ao Senhor Presidente da Mesa. Há aqui uma questão sobre a regionalização que é importante dizer. Nós sempre fomos adeptos da regionalização e eu estou em crer que a existência, ao contrário do que muitos dizem, que se criariam era tachos mas de qualquer maneira eu queria lembrar que a nossa posição e reafirmá-la pois sempre fomos a favor da regionalização e com a sua existencia podia ser uma forma de se aproveitar melhor, em determinadas regiões, os investimentos, os recursos e os meios. Muitas vezes as câmaras para mostrarem serviço às vezes fazem gastos em coisas que poderiam ser feitas com aproveitamentos de equipamentos dos concelhos vizinhos que não são aproveitados. Dou como exemplo, as zonas industriais que existem desde Abrantes a Torres Novas, que estão todas seguidas, escolas feitas em concelhos diferentes como Constância e a Praia do Ribatejo estando agora a da Praia do Ribatejo fechada. Podia dar muitos exemplos de recursos que são gastos e que havendo um organismo intermédio que aproveitasse esses meios, recursos, investimentos e os potenciasse. Quero lembrar ao Senhor Presidente como militante do Partido Socialista a opinião mui dúbia, que na altura o responsável do PS, Engº António Guterres, teve sobre este processo da regionalização, porque se o PS tivesse uma atitude mais firme e coerente nessa altura certamente a regionalização teria avançado.” -----

No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia referiu o seguinte: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ao contrário do que pensa, o carapuço não me serve, porque apesar de pertencer ao Partido Socialista eu penso pela minha cabeça. Em relação ao caso do Engº António Guterres esquece-se que isto é uma Lei reforçada e por conseguinte precisa de dois terços dos votos da Assembleia da República, não basta ter a maioria, o que na altura não foi conseguido.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Não foi isso que eu disse, teve um papel na campanha e pré-campanha sobre a regionalização antes do referendo não teve foi uma atitude firme e correta em defesa da regionalização.”-----

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados foi posta à votação a Moção do qual foi aceite por maioria com 3 votos contra dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Anabela Queiroz e Nuno Gomes do PPD/PSD, 8 abstenções dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, João Gralha, Inocêncio Cruz, Miguel Homem, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel e Rui Picciochi do PS e 8 votos a favor dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo, Paula Duarte da CDU, Benjamim Reis, Manuel Honório, João Machado, Manuel da Costa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro do PS. -----

= **Moção apresentada pelos eleitos do PS, lida pelo Senhor Deputado César Cardigos sobre “os recursos Hidrícos da Bacia do Tejo” – (vide anexo 5)** -----

Posta à votação a sua admissibilidade esta foi aprovada por unanimidade. -----

Para intervir sobre a Moção inscreveram-se os seguintes deputados:

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Nós estamos perfeitamente de acordo, acaba por ser uma chamada de atenção muito pertinente. O problema não é novo, já aqui tivemos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

discussões sobre isto, já apresentamos documentos e se a memória não me falha até tínhamos um dossier feito pelo partido ecologista os verdes já há algum tempo, o que denota a nossa fraca capacidade de negociação ou pressão junto de Espanha. -----

Acredito que mais dia menos dia vamos à fronteira à água;!se não houver alguma pressão, vontade política e força da parte dos políticos e dos Governos deste país e do próprio poder local. -----

Isto afeta toda a região pois água vem de lá. -----

Há uma rede de transvase em que os espanhóis vão buscar a água a norte e a trazem para sul o que afeta a entrada de água ou passagem de grande parte da água. Eles fecham as barragens e ficamos à espera que caia algum pingo de vez enquanto.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes – “O problema é pertinente e é uma questão que é complicada de resolver. O que se passa em Espanha é o mesmo que se passa cá com as barragens mesmo com as hidroelétricas, não é só transvase. É que durante a noite tem um excesso de produção das eólicas e a forma de escoar essa energia das eólicas é fazer a bombagem novamente da água para a albufeira e a água nunca chega cá. É o que fazem nas nossas barragens, parece muito estranho mas é o que se está a passar neste momento.” -----

= Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia – “Isto de fato é verdade, porque tenho conhecimento disso, mas simplesmente não de forma nenhuma o mais importante para esta situação. O problema é que eles fizeram transvases do Tejo para fazerem irrigação dos seus campos e é por isso é que a água não chega cá. Isto para mim é um problema grave e não sei como é que se pode resolver um problema destes, porque eles têm o poder, cortam a água, não corre. Isto é um problema de força porque há acordos internacionais que dizem que não

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o podem fazer e que tem de manter o caudal e eles não cumprem.” -----

= Intervenção do Senhor Deputado Manuel Cardoso – “Nos últimos dezasseis anos estive ligado ao rio, dos quais durante o dia passava mais tempo no rio do que em casa. Desde mil novecentos e noventa e oito até dois mil e catorze perdemos uma quota de quatro metros na vertical o que é muito grave e todos os anos se vai perdendo água.” -----

Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados foi posta à votação a Moção do qual foi aprovada por unanimidade com 19 votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Anabela Queiroz e Nuno Gomes do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS, João Filipe Ricardo, Paula Duarte da CDU e João Gralha, Inocêncio Cruz, Manuel da Costa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

-----/---/-----

Neste momento o Senhor Deputado João Filipe Ricardo pediu um ponto de ordem à mesa e entregou um requerimento a solicitar informação sobre a Resitejo. (vide anexo 6) -----

Foi aprovado por unanimidade a aceitação do requerimento. -----

= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo – “Queria agradecer ao Senhor Presidente, até porque na última reunião da Assembleia nos facultou alguns documentos da Resitejo. Não somos contra o pagamento da dívida, por isso a razão deste requerimento, precisamos é saber como é que ela surge, pois penso que há aqui um a falha de fiscalização porque parte dos Presidentes de Câmara que integram a dita comissão, daí a razão do nosso pedido e é bom clarificar, até porque corremos o risco e votamos contra na última assembleia. Penso, segundo informação que tenho, que haverá uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

circular da Direção Geral de Administração Local e gostava que o Senhor Presidente me confirmasse isso, que não aceita de alguma forma a decisão que tomamos ou que foi tomada por esta assembleia na reunião do dia cinco de dezembro sobre a forma como foi proposta o pagamento da dívida pela Resitejo, de fazer parte da percentagem da quota que cada Município paga à Resitejo. É bom que as próprias câmaras estejam atentas a isso, nós não temos nenhuma informação da Resitejo e de repente somos chamados a votar sobre uma dívida em que não somos vistos nem achados e temos de assumir alguma responsabilidade.” -----

Teve como resposta do Senhor Presidente da Câmara o seguinte: ---

Segundo eu percebi o Senhor Deputado João Filipe Ricardo, ao abrigo do artigo dezanove do respectivo regimento, requereu através da mesa da Assembleia, os documentos relevantes à Resitejo. O Senhor Presidente da Assembleia certamente fará chegar o pedido o qual farei chegar à administração da Resitejo. Quanto à questão do parecer, o Presidente da Câmara desconhece porque não recebeu nos Serviços qualquer informação.” -----

-----/---/-----

= Intervenção da Senhora Paula Duarte – Água: - “Na última Assembleia questioneei o Senhor Presidente, que naquele momento ainda não tinha informações concretas acerca do assunto, acerca da reestruturação que ocorre atualmente nos sistemas de abastecimento de água, e fi-lo no sentido de apurar se já tinha sido entregue neste município por parte das Águas do Centro alguma informação a esse respeito. Isto porque e já é de conhecimento público que já se passou da fase das intenções, pois ocorre neste momento todo um processo de reestruturação com vista à fusão dos diversos sistemas de abastecimento de água em todo o país. A reestruturação do grupo Águas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Portugal, na qual está incluída a empresa Águas do Centro, em mega estruturas de abastecimento, num esforço de concentração de meios materiais e humanos e com vista a uma maior eficiência e de modo a reduzir custos operacionais, é uma realidade. Deste modo, o que pretendemos saber é até que ponto este município corre o risco de uma integração automática numa destas estruturas de concentração vertical de empresas de gestão de águas; qual a informação que dispõe até ao momento; e, a ser uma realidade, qual a posição do município perante esta questão. -----

= **Saúde:** Creio ser dever, quando o podemos fazer, chamar a atenção de todos para os problemas da atualidade que possam afetar a vida das pessoas deste concelho. -----

Já aqui abordámos variadíssimas vezes a questão da saúde. Desde a portaria número 82/2014 que promete destruir o atendimento de diversas especialidades no Hospitais do Médio Tejo, desde os problemas orçamentais com os quais este município se debate, tendo inclusivamente o Senhor Presidente referido aqui no esforço que foi feito para adquirir uma viatura que garantisse que os utentes das extensões de saúde se podiam deslocar ao Centro de Saúde para terem acesso às suas consultas, o que em suma, faz desta questão, uma velha questão. Contudo, não deixa nunca de ser menos importante ou menos atual ou menos pertinente. A maneira como este governo trata as questões da saúde, está perto do “Ultraje”, pois esquecem frequentemente que nesta e como noutras áreas, o organismo central rege a vida de Pessoas, Seres Humanos, e esquecendo-se disso tratam-nos como mais um número de encher estatísticas. A vergonha que envolve a distribuição do novo medicamento da Hepatite C, amplamente publicitado na comuniação social, ou o caos das urgências no pico de gripe, que ainda estamos a passar, são disso exemplos flagrantes. E não vamos pensar, que estas

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

situações não afetam a nossa pacata Vila! Porque não precisamos de ir aos Hospitais de Lisboa para ver horas de espera para atendimentos urgentes. O Hospital de Abrantes, que por conta de mais uma das últimas e brilhantes reestruturações do SNS, passou a deter a palavra final na avaliação da necessidade de internamento dos utentes dos Hospitais de Torres Novas, Tomar e também os da sua própria área, está a rebentar pelas costuras e morrem utentes nos corredores. Este é o Hospital de todos os Barquinhenses, e de outros tantos milhares de munícipes de outros tantos concelhos. Os cortes nas equipas cirúrgicas, fazem com que os utentes cujas cirurgias de Ortopedia que sejam categorizadas de “não-urgentes”, esperam durante dias pela sua vez de serem intervencionados, dado que as cirurgias urgentes são prioritárias e a Equipa de Cirurgias, na maioria das vezes, é só uma! ---

= **Transferências de competências:** Como se isto não bastasse, chegaram recentemente as últimas “novidades legislativas”, respeitantes a mais uma “tranche” de reformas, no âmbito de transferências de competências na área da educação, segurança social, cultura e também saúde. Refira-se a destacado, que esta transferência de competências é para os Municípios. Com estas notícias, eu pergunto-me: “Onde é que isto nos leva? A que estado de coisas nos vamos ver reduzidos? O Governo Central prepara-se mais uma vez para lavar as mãos das suas responsabilidades basilares e descartá-las para os já asfixiados municípios. Em que condições? Com que recursos materiais e humanos? Como esperam que municípios como o nosso tenham capacidade de fazer ainda mais do que fazem? -----

Por isso mesmo vos retirei estes minutos, neste período da assembleia dedicado precisamente a estes assuntos, para que possamos refletir em conjunto no nosso presente, para que num futuro próximo que se avizinha sombrio possamos encontrar um consenso que permita

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ultrapassar as adversidades que nos impõem.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Eu irei abordar não assuntos tão pertinentes, como os que foram aqui apresentados nomeadamente este da saúde. -----

= **Taxas:** Felicito a Câmara por manter em vigor as taxas de dois mil e catorze na Tabela de Taxas e Licenças, decisão que tomou em vinte e três de Dezembro, ao contrário da tarifa da água que foi atualizada em um por cento. -----

= **Irregularidades:** Eu estive a ler a ata da Câmara de vinte e três de Dezembro, e fiquei muito admirado com o que li na referida ata. Nessa ata há várias situações referente a diversas irregularidades que durante anos esta câmara cometeu, nomeadamente em contratos. Um deles chamou-me a atenção, pois, uma das empresas vai ter que devolver à Câmara várias verbas que teriam sido pagas a mais durante anos. Como pode ser possível efetuarem pagamento de verbas durante anos com valores a mais. -----

As eleições julgo eu só serão no fim de Setembro / Outubro e a demagogia fosse talvez mais para essa altura.” -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara** - Solicitou um esclarecimento à mesa sobre qual o artigo do Regimento pelo qual os requerimentos foram entregues à mesa pelos Senhores Deputados. Se for do artigo dezanove, número um alínea e) «...fazer perguntas à Câmara Municipal sobre quaisquer atos desta ou dos respetivos serviços...» estão-me a pedir a opinião política sobre determinadas temáticas e o presidente está vinculado em informar esta Assembleia sobre os atos que está na Lei ou práticas dos respetivos serviços. Eu preciso de saber antes de responder.” -----

O Senhor Presidente da Assembleia tomou a palavra para informar o seguinte: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O artigo cinquenta e quatro diz o seguinte «...a palavra para anunciar a apresentação de requerimentos, nos termos do número seguinte, é imediatamente concedida. Os requerimentos revestem a forma escrita, não carecem de fundamentação e versam apenas sobre processo de apresentação, discussão e votação do assunto em apreciação no momento. Os requerimentos, logo após a sua apresentação, devem ser lidos pela Mesa e votados, sem discussão....» Até aqui cumprido. Agora o que temos de ver é se o requerimento é legítimo, a sua execução. Aqui também é legítimo ter alguma dúvida e vou explicar porquê. É que compete a esta Assembleia a fiscalização dos atos da Câmara e das suas empresas a que são associadas. Por conseguinte pedi os elementos para fiscalização de uma empresa a qual a Câmara pertence.” -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara** - Mas a isso eu respondi, o que estou a mencionar é que estão a pedir a minha opinião sobre a reestruturação as águas eu acho que não devo dar a minha opinião. Não é um ato da Câmara nem dos serviços. Em relação à questão da Saúde refiro o mesmo. -----

= **Taxas e Licenças:** É perfeitamente normal face a crise económica e também somos sensíveis a esta temática de distribuição de riqueza. ----

= **Taxa das águas:** que fique ciente que a ERSAR quer que a Câmara aumente muito mais as taxas, ou seja, eu percebo a sua posição mas tem sido prática do Governo o aumento de impostos e taxas. -----

= **Irregularidades** – Faz parte do respetivo processo na minha informação escrita. Neste momento houve alguma irregularidades detetadas pela Inspeção Geral de Finanças, estamos em audiência prévia dos interessados, no final do processo terei todo o gosto em trazer o relatório final para conhecimento da Assembleia Municipal.” ---

= **Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia** – “O problema do relatório está em contraditório só depois será enviado para a Assembleia

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal.” -----

= **Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte** - "Eu não sei se o Senhor Presidente pensou que eu entreguei algum requerimento a respeito da água ou da saúde. Não o fiz! Eu perguntei se as Águas do Centro já tinha enviado alguma informação sobre o processo e qual era a posição da Câmara face a essa informação” -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara** – “Nessa questão, o Senhor Presidente da Câmara, como em todos os pontos terá sempre todo o gosto em informar, por isso hoje a informação escrita é longa, se houvesse estaria mencionado na minha informação escrita, não está, não há nada a informar.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Certamente o Senhor Presidente há-de ter uma opinião, senão tem, tudo bem. Senão o que nós estamos aqui a fazer. Em relação à água vai acontecer certamente. E gostava de saber se a Câmara não tem opinião.” -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara** – “A Câmara é um órgão coletivo, a Câmara pode ter uma opinião mas pode ser a opinião do coletivo. Por isso é que questões desta temática, tem o seu interesse político mas, certamente, é uma questão que nos transcende enquanto Câmara Municipal.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira** – “Acabei por não perceber a resposta do Senhor Presidente nomeadamente nos contratos que não tinham sido feitos se entretanto já foram a concurso ou quando vão. Menciono o contrato com a empresa A.R. Montalvo e associados, outro com o engenheiro José Augusto Batista Santos, outro com a Anabela Quintanilha, e por último outro com José Carlos Ramos Leitão. Só queria saber se os concursos já foram lançados.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara** – “Estamos a elaborar o processo concursal sob pena de incumprimentos das instruções da Inspeção Geral de Finanças.” -----

-----///-----

--- ATENDIMENTO AO PÚBLICO ---

Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Não havendo intervenções passou à Ordem de Trabalhos. -----

-----///-----

Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c) do n.º 2, do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----(vide anexo 7) ---

O Senhor **Presidente da Assembleia** apresentou uma proposta do Partido Socialista, sobre a leitura da Informação escrita pelo Senhor Presidente. – **(vide anexo 8)** -----

Posta à votação a admissão da proposta, esta foi aprovada por unanimidade. -----

Para se pronunciar sobre a proposta inscreveram-se os seguintes Senhores Deputados: -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo:**
“Continuamos a defender o princípio que defendemos. Houve um período em que deixou de ser lida, depois voltou a ser lida e portanto sendo isto uma sessão pública e estando público presente, independentemente de serem distribuídos exemplares pelo público, acho que a informação escrita, deve continuar a ser lida.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz** – “A minha posição como vocês sabem sempre foi da leitura da intervenção do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente, no entanto, o que tenho verificado é que o documento apresentado começa a ser muito extenso. O público quando estiver a ouvir a intervenção quando chegar ao fim já não se lembra do que ouviu no princípio. Das duas uma, ou as intervenções começam a ser lidas sucintamente ou então estar a ler isto tudo, já não é adequado. Isto vai contra sempre aquilo que defendi que era a leitura dos documentos, mas acho que documentos deste tamanho com dezasseis páginas. Ou se reformula esta intervenção ou deve facultar-se o documento em fotocópia para quem quiser, não vejo inconveniente nenhum, o público não se vai debruçar, nem intervir sobre estes assuntos, já que o seu período foi anterior à própria leitura do texto. Acho que começa a ser incomportável estar-se a ler dezasseis páginas.”

Posta à votação a proposta apresentada esta foi aprovada por maioria com um voto contra do Senhor Deputado João Filipe Ricardo e dezoito votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS, Paula Duarte da CDU e João Gralha, Inocêncio Cruz, Manuel da Costa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

Foi concedida a palavra aos Senhores Deputados a fim de solicitarem os seguintes esclarecimentos: -----

= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes. -----

= Inspeção Geral de Finanças – “Presumo que não haja mais informação além da que o Senhor Presidente já deu, só haverá mais informação depois de exercido o contraditório.” -----

= Espaço Cidadão Praia do Ribatejo – Gostaria de saber em relação aos funcionários que a Câmara pensa lá pôr, se está a pensar contratar mais funcionários, ou destacar alguns funcionários da Autarquia para o

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

referido espaço. Qual o ponto de situação dos recursos humanos para o espaço cidadão. -----

= **Suinicultura** – Aparentemente continuamos com o cheiro e pelo que vejo está em processo de audição de testemunhas. Qual o ponto de situação e se vai ser encerrada. -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz.** -----

= **Site da Câmara** - “Gostei do que vi, andei um pouco à nora para apanhar as atas, mas depois vi qual era o mecanismo e acho que está muito bem, está de parabéns. -----

= **Espaço Cidadão da Praia do Ribatejo** - “Eu sempre fui pela descentralização, pelas pessoas chegarem aos meios de informação com acessibilidade, já que agora se está a fazer tudo on line. Por um lado acho muito bem se a Junta disponibilizar um técnico por outro lado acho que este espaço é um “embuste”, não é este da Praia do Ribatejo, é este a nível nacional. Vão dizer-me que isso é cooperativo porque trabalho nos Registos e Notariado e não queremos que isto avance. O problema não é avançar, o modelo de atendimento digital assistido aos cidadãos não é só passar para as Juntas de Freguesia, é que isto também é aberto à iniciativa privada e associações empresariais. Isto quer dizer, pegando na questão do Deputado João Filipe Ricardo e da Paula Duarte isto é um esvaziamento das responsabilidades que são do estado e quanto a isso já não estou de acordo. Eu digo que é um “embuste” porque as pessoas não vão fazer um registo de propriedade intelectual, elas vão fazer o pedido, tudo isto se passa numa perspectiva de pedido, não resolvem nada de momento, fazem o pedido de revalidação da carta de condução, pedido da assinatura digital, e por aí. Não vão ser esclarecidas de um assunto da Segurança Social, porque isso não vai permitir, por isso é que digo que isto é um embuste. A Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo tem gente que possa apoiar,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas quem diz esta Junta outra poderá fazer o mesmo, basta aceder on line aos serviços, não são extensões dos serviços, pouco se resolve a não ser esclarecer o cidadão de como se faz o pedido. Acho bem ser na Praia do Ribatejo porque acaba por ser o nosso extremo e acho importante por aí, mas desejo que não se criem grandes expetativas porque daqui não vai surtir grande coisa.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira.** -----

= **Atendimento público** - “Eu estive aqui a ler a informação do Senhor Presidente e na página um e dois tem atendimento público e eu quis perceber o que dizia este quadro e devo dizer que não consegui chegar a qualquer conclusão. Pois a média diária de atendimento não está de acordo com o número de atendimentos.” -----

= **Refuncionalização da EB1 de Vila Nova da Barquinha** – “Iniciaram-se as obras e eu vejo as obras a decorrerem e isto lembrou-me, nós estamos a fazer galerias de arte, o concelho tem uma aqui neste edifício e agora vai ter outra nesta escola e lembrei se isto não podia também ser aplicado à Escola Primária número dois de Moita do Norte.” -----

= **Processo Judicial número 18** – “Gostaria de saber qual é a decisão da Câmara quanto à proposta de acordo que é apresentada.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo.** -----

= **Suinicultura** - “Além da informação que está dada pelo Senhor Presidente não existem mais dados sobre este assunto?” -----

Os Senhores Deputados tiveram os seguintes esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara: -----

= **Inspecção Geral de Finanças** – “Não tenho nada a acrescentar, como lhe disse estamos em contraditório e a seu tempo será informado sobre o desenvolvimento do processo.” -----

= **Espaço Cidadão** – “Em relação aos trabalhadores a competência será delegada na Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo, em princípio será

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ocupado pelo posto de trabalho da funcionária da Junta de Freguesia e temos sempre uma alternativa que é a funcionária que temos na Biblioteca da Praia do Ribatejo, que também podemos afetar ao projeto nomeadamente situações de emergência uma vez que temos de ter sempre alguém de reserva.” -----

= **Suicultura** – “Neste momento a situação é o que vos transmiti na informação. Não fechou, há a intenção do Município revogar a licença. Temos de efetuar o contraditório, o advogado da outra parte fez as respetivas alegações nos termos dos artigos cem e seguintes do CPA, alegou prova testemunhal e compete à Câmara Municipal dentro do princípio da legalidade, ouvir as testemunhas e depois decidir.” -----

= **Espaço Cidadão** – “ Percebemos perfeitamente que não esteja a alegar em causa própria, mas de fato as novas tecnologias permitem desburocratizar muitos procedimentos administrativos. Aliás isso é público e notório nomeadamente em termos registais que se faz com grande facilidade hoje em dia.” -----

= **Atendimento ao público** – “A informação vem da parte da Chefe de Divisão de Urbanismo, são dados que vou recolher e depois terei muito gosto em informá-lo na próxima Assembleia.” -----

= **Refuncionalização da Escola EB1** – Transformação em Galeria de arte, de fato ela avançou. Quanto à questão da EB2 de Moita do Norte não está esquecida, posso dizer que estamos a fazer várias candidaturas a fundos comunitários. Estou a tentar encaixá-la em dois projetos. Sei que é um assunto recorrente e que o Senhor Eduardo de Oliveira tem muito carinho pela aquela escola.” -----

= **Processo Judicial 18** – “Há um processo litigioso com a respetiva entidade, tem a ver essencialmente com a Estrada Nacional três. A Câmara entende que os serviços não foram prestados, que houve incumprimento sobre estes serviços e vai haver processo litigioso.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ponto três – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal referente ao acordo de execução de competências com a Junta de Freguesia da Atalaia – alteração. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expôr o assunto em epígrafe. -----

“O acordo de execução aqui transferido tem a ver essencialmente com a Requalificação da Escola Básica número um da Atalaia para Centro Comunitário e tem a respetiva comparticipação do Município neste projeto. Este é um projeto que foi considerado de interesse municipal. Já veio a esta Assembleia em dois mil e onze para a requalificação em Centro Comunitário. Este projeto foi daqueles que foi premiado com fundos comunitários e estamos no fundo a transferir uma verba para pagar o respetiva requalificação da escola. Neste momento já se encontra concluída e dentro em breve será aberta ao público e terei muito gosto em convidá-los a visitar o espaço.” -----

O Senhor Deputado João Filipe Ricardo entrevistou para expôr o seguinte: -----

“Quero só fazer uma pergunta pedindo desculpa se estou enganado ou estou a cometer algum erro. A Junta de Freguesia da Atalaia no outro dia fez uma Assembleia Extraordinária por causa de um empréstimo para a execução das obras que estão aqui referidas e segundo creio havia um compromisso por causa daquelas obras que deviam estar prontas até trinta e um de Dezembro do ano de dois mil e catorze, as obras estão concluídas, mas havia uma falha do financiamento por parte da Câmara. Já está regularizado, está em vias de ser regularizado.”-----

Teve como resposta do Senhor Presidente da Câmara o seguinte: -

“É isso que trazemos aqui Senhor Deputado, não havia acordo de execução e nos termos da Lei setenta e cinco de dois mil e treze tem de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

haver acordo de execução para haver transferência de verbas, nomeadamente para a Junta de Freguesia. É isso que vem aqui à Assembleia, é a transferência do valor para co-financiar a respetiva obra.” -----

Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente ao acordo de execução de competências com a Junta de Freguesia da Atalaia – alteração, esta foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS, Paula Duarte e João Filipe Ricardo da CDU e João Gralha, Inocêncio Cruz, Manuel da Costa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e Rui Picciochi do PS. -----

Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----

Ponto quatro – Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e infrações conexas – Conhecimento da deliberação da Câmara Municipal. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expôr o assunto em epígrafe. -----

“O Plano de Gestão e Riscos de Corrupção e infrações conexas é um plano que o Conselho de Prevenção de Corrupção e o Tribunal de Contas recomenda que seja implementado no Município. Este plano foi sujeito a reunião de câmara, consta dos respetivos responsáveis, das respetivas medidas implementadas para o ano de dois mil e quinze. É um plano dinâmico sempre sujeito a alterações e é esse documento que está presente para os Senhores Deputados analisarem.” -----

O Senhor Deputado João Filipe Ricardo entrevistou para expôr o seguinte: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Eu acho bem que se faça alguma coisa contra a corrupção. Eu não acredito muito em milagres acho que essas medidas, são um princípio tudo bem e quando se fala das coisas pelo menos há esse alerta. Acho que estas medidas passam também por uma vigilância e por algumas medidas que devem ser tomadas a nível central e também passa muito pela participação, porque vivemos numa democracia participativa pela vigilância dos cidadãos em todos os órgãos. Infelizmente quem está na política afasta muitas vezes as pessoas e os cidadãos dos órgãos que são eles que elegem e depois os próprios cidadãos que os deviam fiscalizar não fiscalizam e muitas vezes não estão atentos a estas circunstâncias. Uma vez por todas temos de estar atentos a estes fenómenos que hoje infelizmente são uma realidade e que possamos estar presentes e “chatear” a cabeça aos políticos sejam eles de que Partido forem.”-----

Teve como resposta do Senhor Presidente da Câmara o seguinte: -

“De fato é muito importante a questão da transparência e tem sido apanágio desde a minha chegada que as coisas sejam públicas nomeadamente a atualização do site, assim como o requerimento sobre a Resitejo. Acho muito bem, as pessoas têm o direito de saber o que estão a assinar. O princípio da transparência, beneficia toda a gente e a democracia só existe se for vivificada.” -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta sessão ordinária desejando a todos os presentes um bom fim-de-semana e para constar se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários: -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

(Rui Monteiro Picciochi)

O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia

(João Manuel Alves Gralha)

O Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal

(Inocência Rodrigues Cruz)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Lista de Expediente
Anexo 2	Intervenção apresentada pelos eleitos da CDU cujo tema é “O ataque às conquistas de Abril, a água, um elemento essencial à vida”, lida pela Senhora Deputada Paula Duarte
Anexo 3	Intervenção apresentada pelos eleitos da CDU cujo tema é “O país em agonia”, lida pelo Senhor Deputado Vitorino Monteiro
Anexo 4	Moção apresentada pelos eleitos da CDU cujo tema é “Transferência de competências para o Município”, lida pelo Senhor Deputado João Filipe Ricardo
Anexo 5	Moção apresentada pelos eleitos do PS cujo tema é “Recursos Hídricos da Bacia do Tejo”, lida pelo Senhor Deputado César Cardigos
Anexo 6	Requerimento apresentado pelos eleitos da CDU a solicitar informações sobre a Resitejo
Anexo 7	Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara
Anexo 8	Proposta dos eleitos do PS sobre a leitura da Informação Escrita